

FONTE : JB

CLASS. : 659

DATA : 08 03 90

PG. : 08

## *Cimi quer que Collor revogue atos de Sarney*

BRASÍLIA — O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), quer que o presidente eleito Fernando Collor de Mello, tão logo assuma o governo, revogue imediatamente todos os decretos e demais atos normativos incompatíveis com a Constituição, dentre os quais os decretos do presidente José Sarney que criaram três reservas garimpeiras em Roraima, no interior da Floresta Nacional, numa clara ameaça à sobrevivência dos índios ianomâmis. “Esperamos que o presidente Collor reveja todos os atos lesivos às nações indígenas”, declarou o secretário-executivo do Cimi, Antônio Brand.

Num balanço dos cinco anos do governo José Sarney, no que se refere à política indigenista, o Cimi revela que apenas em 1988 e 1989 foram assassinados 46 índios e outros 69 sofreram violência policial e que documentos da própria Fundação Nacional do Índio (Funai) desmentem categoricamente a propaganda oficial do governo. “O governo Sarney declarou de ocupação indígena, até o final de 1989, 59 áreas e homologou 29 demarcações, totalizando 7.534.757 hectares”, mostra Antônio Brand. “Considerando as propostas originais feitas pela própria Funai, as declarações significaram uma redução das terras indígenas na ordem de 42,5% e as homologações implicaram numa redução de 10,4%”, acrescentou.

Os índios ianomâmis foram os mais prejudicados, perdendo 76,4% de seu território original, seguidos pelos índios do Alto Rio Negro, que perderam 59,5% de suas terras. “Existem poucas informações sobre o programa do governo Collor para a questão indígena”, afirmou Antônio Brand, que desconfia das reais intenções do ministro da Justiça de Collor, Bernardo Cabral, de levar a Funai para seu Ministério. “Na Constituinte, Bernardo Cabral opôs-se constantemente às reivindicações dos próprios índios”, lembrou Brand.

Exército — O Cimi denunciou ainda que o Ministério do Exército, durante o governo Sarney, se apropriou de extensas áreas pertencentes a comunidades indígenas. Citou a gleba Tacana, no Amazonas, de 596 mil hectares, que foi reduzida em 20,55% e a área 25 de Setembro e Afluente, dos peneri-tacaquiri, no Acre, que foi reduzida em 21,83%.

Antônio Brand revelou que o Cimi foi procurado pela equipe de transição de Collor de Mello para dar opiniões sobre a política indigenista do futuro governo.